

OPINIÃO

Propostas para um Brasil melhor

Marcio Massao Shimomoto (*)

O Brasil tem demandas urgentes e precisa de um estadista que nos devolva a esperança do emprego, da casa própria, do salário digno, de dias melhores

A corrida eleitoral acelera seu curso rumo ao primeiro turno do dia 7 de outubro e ainda não se vislumbra, entre os candidatos, programas claros o bastante para uma definição dos eleitores mais comprometidos com o futuro da Nação. À exceção, como sempre, dos radicais das extremas esquerda e direita. O fato é que o cenário continua nebuloso e a multiplicação dos candidatos eleva a temperatura.

O Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon-SP) realizou uma pesquisa para identificar as maiores necessidades do País, em ordem de urgência e importância, na avaliação dos quase 600 empresários da contabilidade entrevistados.

Em primeiro lugar, um tema que não nos surpreende: a reforma tributária, fardo pesado que o brasileiro carrega nas costas há décadas.

Entretanto, a hipótese de unificação de impostos está mais presente e em discussão no Congresso com o objetivo de diminuir a densa carga imposta ao contribuinte e que beira os 40% do PIB, índice muito superior a países como Chile, Coreia e Israel. Que seja levada a sério e não se transforme apenas em mais uma iniciativa cosmética.

A reforma tributária é crucial para eliminar um dos entraves que só fazem crescer o Custo Brasil. As leis brasileiras já sofreram remendos em excesso. Não podemos esperar mais para implantar programas que façam diminuir a burocracia e a carga de forma racional. O crescimento do país depende disso. O foco do governo na arrecadação deve dar espaço para um ambiente de estímulo aos negócios, com incentivos reais para quem gera emprego e renda.

Em segundo lugar, de acordo com a pesquisa do Sescon-SP,

outra questão urgente que merece atenção dos candidatos: a melhoria de serviços básicos como saúde, educação e moradia. Sabemos que a arrecadação de tributos é vital para o desenvolvimento. No Brasil, no entanto, os cidadãos precisam pagar duas vezes pelo mesmo serviço, pois boa parte da tributação não retorna à população, obrigando-a a arcar com planos de saúde, segurança particular e outros serviços básicos que, pela Constituição, são dever do Estado e direito do cidadão.

Com a carga tributária equivalente a de muitos países desenvolvidos, no Brasil há eficiência para arrecadar e ineficiência para investir. Enquanto isso, o PIB da economia informal se expande, desviando bilhões de reais dos cofres públicos e inserindo o país no ranking da desorganização produtiva.

O terceiro tema mais citado pelos entrevistados durante a pesquisa foi a necessidade de ampliação de medidas contra a corrupção. Mesmo com tantas operações em curso, o sentimento de impunidade ainda é forte. Nossa pesquisa identificou ainda outras áreas deficientes e que também devem receber mais atenção dos candidatos e dos futuros eleitos, como reforma da Previdência, incentivo à geração de empregos, segurança pública, reforma política, equilíbrio fiscal, empreendedorismo e mobilidade urbana.

O Brasil entrou no círculo vicioso do atraso, que só será quebrado com políticas voltadas para desenvolvimento sustentado. As eleições deste ano são a grande oportunidade de iniciar esse processo. Cada eleitor deve cumprir o papel de analisar as propostas dos candidatos, optando pelas que realmente se aproximem de suas aspirações, não esquecendo de cobrar o cumprimento das promessas de campanha.

O que não se aceita nesse momento é a omissão.

(*) - É presidente do SESCON-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo).

Empréstimo de nome é responsável por 17% dos casos de inadimplência

Um levantamento feito em todas as capitais pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) descobriu que o empréstimo de nome a terceiros é uma das causas que leva os brasileiros à inadimplência

Em cada dez pessoas que estão ou estiveram com o nome inscrito em cadastros de devedores nos últimos 12 meses, duas (17%) chegaram a essa situação porque emprestaram seus documentos ou cartões para que outra pessoa fizesse compras a prazo.

A maioria das pessoas ouvidas alega que emprestou o nome com o intuito de ajudar (51%) o amigo ou familiar, enquanto 13% ficaram com vergonha de dizer não diante do pedido. Outros 11% disseram ter ficado receosos de magoar quem pediu o nome emprestado, caso tivessem de negar o auxílio. “Quem emprestou o nome termina se responsabilizando por uma dívida que não lhe pertence, cuja falta de pagamento possui desdobramentos sérios como a restrição ao crédito, inadimplência e até mesmo a perda da



Quem empresta o nome se responsabiliza por uma dívida que não lhe pertence.

amizade de quem pediu ajuda”, alerta a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

De acordo com a pesquisa, a maior parte dos pedidos de nome emprestado surge de pessoas próximas do círculo social. Em primeiro lugar estão

os amigos, com 26% de citações, seguidos dos parentes (21%) e dos irmãos (16%). Completam o ranking os pais (11%), namorados (9%), filhos (9%), cônjuges (8%) e até mesmo colegas de trabalho (8%). A prática se torna ainda mais

arriscada, quando quase um quarto (23%) dos entrevistados revela que emprestou o nome sem saber ao menos o valor da compra que seria feita.

A forma mais comum de emprestar o nome foi por meio do cartão de crédito, opção citada por 52% das pessoas que passaram por essa situação. O cartão de loja ficou em segundo lugar com 23% de menções. Também foram relatados casos de uso de financiamento (20%), crediário (19%) e talão de cheque (12%) de terceiros. “O cartão de crédito é uma das modalidades que cobram os juros mais elevados no mercado. Isso torna o hábito ainda mais perigoso porque em caso de atraso no pagamento, a dívida inicial pode crescer de forma considerável”, explica o educador financeiro do portal ‘Meu Bolso Feliz’, José Vignoli (SPC/CNDL).

Campanha visa combate à tuberculose em presídios

Os Ministérios Extraordinário da Segurança Pública e o da Saúde assinaram ontem (6) acordo que vai garantir o repasse de R\$ 27,5 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para ações de combate à tuberculose em presídios brasileiros. O secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Osnei Okumoto, lembrou que a tuberculose representa um grande problema de saúde pública, com índices alarmantes.

Segundo ele, a população privada de liberdade responde por 10,5% dos novos casos da doença registrados no país. A chance de um preso ser acometido pela doença é 28 vezes mais que na população em geral. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) informou que a proposta é ampliar e reproduzir campanha de educação em saúde para a comunidade carcerária, com o objetivo de dar maior visibilidade para a doença no sistema prisional, sensibilizar o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e diminuir o estigma e o preconceito.

De acordo com a coordenadora-geral de Promoção da Cidadania do Depen, Mara Fregapani, a campanha será realizada em mais de 1.440 unidades prisionais que abrigam cerca de 726 mil pessoas privadas de liberdade, segundo dados de junho de 2016. Além de detentos, as ações também serão voltadas, segundo ela, a familiares de presos e profissionais que trabalham nas unidades (ABR).

Pesquisa: 12% dos brasileiros nunca comeram carne ovina

As carnes bovina, suína e de frango já estão presentes na mesa do brasileiro. Por outro lado, a carne ovina precisa conquistar seu espaço na preferência do consumidor. Resultados de pesquisa realizada recentemente pela Embrapa demonstraram que 25 milhões de brasileiros, 12% dos consumidores do País, nunca sequer experimentaram a proteína oriunda de ovelhas, carneiros ou cordeiros.

Mesmo entre aqueles que já provaram carne ovina, a maior parte não criou hábito de consumo. Dos entrevistados listados na seção de consumo ocasional, 27% revelaram comer esse tipo de carne algumas vezes por ano e 35% consumiram alguma vez na vida, soma que corresponde a 128 milhões de pessoas. O consumo é frequente apenas para 52 milhões de brasileiros, ou 25% da população nacional, com 17% dos pesquisados saboreando a carne ovina pelo menos uma vez por mês, 7% uma vez por semana e 1% diariamente.

Ou seja, boa parcela daqueles consumidores que já provou, não fez disso um hábito. “Mesmo no Sul, onde há tradição na criação e consumo, a carne ovina é mais lembrada para os churrascos de fim de semana, para assar em momentos festivos, mas ela não está presente no cardápio durante a semana”, resume a pesquisadora da Embrapa Pecuária Sul, Élen Nalério, coordenadora do projeto “Aproveitamento Integral da Carne Ovina”, que busca levar ao mercado novas opções de consumo dessa carne.

Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, os dados oficiais apontam consumo de 400 gramas anuais de carne ovina



Pesquisadores buscam levar ao mercado novas opções de consumo dessa carne.

per capita, enquanto que o brasileiro come, em média, cerca de 44 quilos de carne de frango por ano, 35 quilos de carne bovina e 15 quilos de suína. Conforme o pesquisador da Embrapa Pecuária Sul, Marcos Borba, a cadeia da carne ovina ainda carece de ajustes na eficiência produtiva. É preciso considerar as transformações nos hábitos de consumo de alimentos, que vão desde a apresentação do produto até questões de saúde pública, ética no trato com os animais e durabilidade dos recursos naturais (Ag. Embrapa de Notícias).

Entidades lançam pacote com 70 medidas contra corrupção



Projeto já é considerado a maior série de medidas anticorrupção do mundo.

A Transparência Internacional e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançaram um pacote com 70 novas propostas legislativas contra a corrupção. Já considerado a maior série de medidas anticorrupção do mundo, o projeto contou com a participação de 370 instituições brasileiras, que se inspiraram nas “10 Medidas Contra a Corrupção”, elaborada pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2015, que viria a ser desfigurado pelo Congresso posteriormente.

“As Dez Medidas buscaram refletir sobre o problema. Pretendemos ir além e pautar o pacote no Congresso como uma solução palpável para o problema”, disse Bruno Brandão, diretor executivo da Transparência

Internacional. As propostas são divididas em 12 blocos temáticos, que incluem melhorias no combate e prevenção da corrupção; responsabilizar os partidos que cometerem as infrações; e projetos para o tema ser lidado em conjunto com o setor privado.

Foi lançada também a campanha “Unidos Contra a Corrupção”, que visa a colocar o pacote de medidas anticorrupção em um tema de debate eleitoral. “A luta contra a corrupção é uma luta pela justiça social, por direitos e por paz. A campanha busca prover informação, porque neste ano os eleitores tem à disposição a melhor arma para combater a corrupção, que é o voto”, concluiu Brandão (ANSA).

Procons deverão priorizar denúncias relativas a preço do diesel

Procons estaduais e municipais serão os responsáveis por fiscalizar se o desconto de R\$ 0,46 sobre o litro de óleo diesel concedido pelas distribuidoras de combustíveis aos postos de gasolina está sendo repassado aos consumidores. De acordo com portaria publicada ontem (6), pelo Ministério da Justiça, os fiscais dos Procons deverão exigir dos estabelecimentos revendedores as notas fiscais fornecidas pelas distribuidoras de combustíveis para verificar o valor pelo qual o posto adquiriu os produtos.

Além disso, os postos deverão apresentar cópia das notas fiscais de venda para os consumidores. A comparação dos documentos permitirá a análise da composição do preço de custo e se o valor do óleo die-



Postos começaram a ajustar os preços do diesel com a redução de R\$ 0,46.

sel foi efetivamente reduzido. Se não identificarem o repasse do desconto para o consumidor final, os fiscais deverão instaurar processo administrativo,

permitindo ampla defesa aos comerciantes.

Quando acionados por meio de denúncias diretas dos cidadãos, os fiscais deverão atuar

Empresas & Negócios José Hamilton Mancuso (1936/2017)		Administração: Laurinda M. Lobato		Diretora Comercial: Lilian Mancuso (lilian@netjen.com.br)	
Editorias <i>Economia/Política:</i> J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); <i>Ciência/Tecnologia:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Lazer/Cultura:</i> Laura Lobato De Baptisti (lauralobato11.ll@gmail.com); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br); <i>TV:</i> Tony Auaud (central-noticia@bol.com.br). <i>Revisão:</i> Sônia Souza.		<i>Webmaster/IT:</i> Ricardo Baboo; <i>Edição Eletrônica:</i> Ricardo Souza e Walter Almeida. <i>Impressão:</i> LTJ Gráfica Ltda. <i>Serviço informativo:</i> Agências Estado, Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.		Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Vergueiro, 2949 - 12º andar - cjs. 121 e 122 - Vila Mariana - Cep: 04101-300. Tel. 3043-4171 / 3106-4171 - E-mail: (netjen@netjen.com.br) - Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 - JUCESP, Nire: 35218211731 (6/6/2003) - Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.	
Colaboradores: Cicero Augusto, Eduardo Shinyashiki, Geraldo Nunes, Heródoto Barbeiro, J. B. Oliveira, Leslie Amendolara, Mario Enzo Belio Junior.		Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.		RIO DE JANEIRO: J.C. REPRESENTAÇÕES E PUBLICIDADES EIRELI Av. Rio Branco, 173 / 602 e 603 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-007 Tel. (21) 2262-7469 - CNPJ 30.868.129/0001-87	